

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcddh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcddh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 11/2019-PGJ, DE 24 DE JULHO DE 2019.**

*Altera a Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre as atribuições dos cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento e das funções de confiança do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o disposto no § 5º do artigo 4º da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** O Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, na parte do Detalhamento das Atribuições da Função de Confiança – FC1 passa a vigorar conforme o Anexo I desta Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 11/2019-PGJ, DE 24.7.2019**

FUNÇÃO DE CONFIANÇA – FC1	SÍMBOLO MPFC - 301
DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES	
1. Presidir a Comissão Permanente de Licitação ou Coordenar a Assessoria de Cerimonial; 2. Supervisionar, coordenar, organizar, orientar e controlar a execução das atividades afetas a sua área de atuação, adotando soluções e providências para o melhor desempenho; 3. Executar tarefas de relativa complexidade, analisando especificações técnicas e recursos necessários ao bom andamento dos serviços; 4. Transmitir determinações, normas e procedimentos de ordem superior; 5. Orientar seus subordinados na correta aplicação das normas vigentes no Ministério Público, bem como dos deveres e direitos dos mesmos; 6. Manter seus superiores imediatos permanentemente informados sobre o andamento das atividades da sua unidade; 7. Manter a regularidade dos serviços, expedindo as necessárias determinações ou representando as autoridades superiores, conforme o caso; 8. Executar outras atividades correlatas.	
REQUISITOS PARA INVESTIDURA	
Ensino Superior Completo.	

**PORTARIA Nº 2647/2019-PGJ, DE 23.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Esther Sousa de Oliveira 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 26.11 a 3.12.2018, a serem usufruídos nos dias 25 e 26.7.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º, 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2632/2019-PGJ, DE 22.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar a Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva a participar da reunião do “*Formulário Frida: avaliação de risco em casos de violência doméstica contra mulheres*”, no dia 7.8.2019, no Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, e da XIII Jornada Lei Maria da Penha, com o tema “Avaliação e Gestão de Risco na Violência Doméstica contra a Mulher”, nos dias 8 e 9.8.2019, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília/DF.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2633/2019-PGJ, DE 22.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 52ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Renata Ruth Fernandes Goya Marinho, para, sem prejuízo de suas funções, executar o Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e o Ministério Público do Trabalho que tem por objetivo a mútua cooperação técnica entre as partes para atuação concertada na implementação da Política Nacional de Trabalho do Preso e Egressos do Sistema Prisional, conforme a cláusula quinta do referido Termo de Cooperação (Processo PGJ/10/2058/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2634/2019-PGJ, DE 23.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 30 e 31.8, 27 e 28.9 e 11.10.2014, a serem usufruídos nos dias 22, 23, 24, 25 e 26.7.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2635/2019-PGJ, DE 23.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 12 a 19.12.2018 e 13 a 20.3.2019, a serem usufruídos nos dias 29 e 30.10.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2636/2019-PGJ, DE 23.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Dourados, Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para participar da audiência de instrução do Processo Administrativo Disciplinar nº 066.158.0003/2018, no dia 29.7.2019, às 15h.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2637/2019-PGJ, DE 23.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar a 15ª Promotora de Justiça de Dourados, Claudia Loureiro Ocariz Almirão, a se ausentar da referida Comarca, no período vespertino do dia 29.7.2019, e nos dias 30 e 31.7.2019, para participar do “Workshop” Uso de Evidências Eletrônicas e Crimes Cibernéticos para o Ministério Público”, em São Paulo/SP.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2638/2019-PGJ, DE 23.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Acrescentar a Promotora de Justiça abaixo relacionada na Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao segundo semestre de 2019:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo	1º a 10.10.2019	20 a 29.1.2020		19 a 27.11.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2639/2019-PGJ, DE 23.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019 com redação dada pela Portaria nº 2319/2019-PGJ, de 2.7.2019, na parte que concedeu o 1º período de férias à Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja, de forma que, onde consta: “6 a 15.11.2019”; passe a constar: “5 a 14.11.2019”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2640/2019-PGJ, DE 23.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 15 a 19.7.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2641/2019-PGJ, DE 23.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Amambai, Michel Maesano Mancuelho, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 15 a 19.7.2019, em razão de licença da titular, Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2642/2019-PGJ, DE 23.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 2440/2019-PGJ, de 9.7.2019, que designou a Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira para responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial da comarca de Miranda, de forma que, onde consta: “sem prejuízo de suas funções”; passe a constar: “com prejuízo de suas funções”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2643/2019-PGJ, DE 23.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 2295/2019-PGJ, de 1º.7.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de julho de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
24 (18h01min) a 31.7.2019 (7h59min)	5ª	Daniela Araujo Lima da Silva	99129-2433

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
24 (18h01min) a 31.7.2019 (7h59min)	2ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	99129-2433

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2645/2019-PGJ, DE 23.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco licença para elaboração de trabalho final do curso de “Mestrado em Direito Civil”, promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pelo prazo inicial de 5 (cinco) dias, a partir de 5.8.2019, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 001/2016-CSMP, de 20.9.2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2646/2019-PGJ, DE 23.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger licença para frequentar, sem prejuízo de suas funções, curso de Mestrado da Pontifícia Universidade de São Paulo, PUC/SP, no segundo semestre de 2019, a partir de 5.8.2019, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 001/2016-CSMP, de 20.9.2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2648/2019-PGJ, DE 23.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Nicolau Bacarji Junior 6 (seis) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 1º.2.2015, 14, 15, 16, 17 e 18.7.2016, a serem usufruídos nos dias 2 e 3.9.2019, 7, 8, 9 e 10.10.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2649/2019-PGJ, DE 23.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva 2 (dois) dias de compensação por sua atuação no Mutirão do Júri, nos dias 29.11 e 4.12.2018, a serem usufruídos nos dias 29 e 30.8.2019, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2662/2019-PGJ, DE 24.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 61º Promotor de Justiça de Campo Grande, Silvio Amaral Nogueira de Lima, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência da 1ª Vara Criminal da referida Comarca, no dia 25.7.2019, referente à Ação Penal nº 0011228-03.2016.8.12.0001.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2644/2019-PGJ, DE 23.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, tendo em vista o disposto no artigo 258 da Lei nº 1.102/90, e diante das razões apresentadas pelo Presidente da Comissão Processante,

**R E S O L V E :**

Prorrogar, por sessenta dias, a partir de 29.7.2019, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante instaurada por intermédio da Portaria nº 1855/2019-PGJ, de 29.5.2019, publicada no DOMP nº 1.979, de 30.5.2019, para apurar os fatos constantes do Processo PGJ/10/1992/2019.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2663/2019-PGJ, DE 24.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Rosimara Bandeira Vasques de Almeida, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, para exercer a Função de Confiança – FC1, símbolo MPFC-302, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, prevista no Anexo III da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011; e revogar a Portaria nº 2678/2018-PGJ, de 6.8.2018.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 2658/2019-PGJ, DE 24.7.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Renan da Silva Ovando, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca, no período de 1º a 5.7.2019, em razão de férias do servidor Epsom Xavier Pereira.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA N° 2664/2019-PGJ, DE 24.7.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA N° 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Juliane Aparecida Cordeiro Queiroz	2017/2018	17 a 26.1.2019	1º a 10.10.2019	9 a 18.12.2019	

PORTARIA N° 1307/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
José Guilherme de Oliveira	2016/2017	11 a 20.9.2019	9 a 18.12.2019		1º a 10.5.2019

Passe a constar:

PORTARIA N° 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Juliane Aparecida Cordeiro Queiroz	2017/2018	17 a 26.1.2019	9 a 18.12.2019	12 a 21.2.2020	

PORTARIA N° 1307/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
José Guilherme de Oliveira	2016/2017	19 a 28.8.2019	9 a 18.12.2019		1º a 10.5.2019

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR**

**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2019.**

**7. Ordem do dia:****7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Expediente:**

**1. Memorando nº 0025/2019/22ªPROC/MS**, de 25.6.2019, o 22º Procurador de Justiça, Alexandre Lima Raslan, informa a obtenção do título de Doutor em Direito em decorrência da conclusão do Curso de Pós-Graduação *Strictu Sensu*, realizado perante a Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP), obtendo da banca examinadora a média 10,0 (dez) na defesa da tese **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ENTRE UTOPIA E REALIDADE: RISCO**,



LIBERDADE E RESPONSABILIDADE NO MERCADO FINANCEIRO, conforme cópia da Ata de Defesa da Tese que segue anexa, anotando que o diploma devidamente registrado deverá estar disponível em até 120 dias. (*Protocolo Unificado nº 02.2019.00043074-5*). **Deliberação: O Conselho, à unanimidade, tomou ciência do expediente acima, sem ressalvas.**

#### **7.1.2. Remoções por permuta:**

##### **1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00001929-6.**

Requerentes: Fábio Ianni Goldfinger, titular da 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande e Paulo César Zeni, titular da 69ª Promotoria de Justiça de Campo Grande. Assunto: Requerem remoção por permuta.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou o pedido de remoção por permuta dos Promotores de Justiça Fábio Ianni Goldfinger e Paulo César Zeni.**

##### **2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00002222-4.**

Requerentes: Luciano Anechini Lara Leite, titular da 8ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas e Moisés Casarotto, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas.

Assunto: Requerem remoção por permuta.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou o pedido de remoção por permuta dos Promotores de Justiça Luciano Anechini Lara Leite e Moisés Casarotto.**

#### **7.1.3. Promoção e remoção:**

##### **1. Processo PGJ/10/2334/2019.**

Expediente: Aviso nº 11/2019/CSMP, de 5.6.2019, publicado no DOMP/MS nº 1984, de 6.6.2019.

Assunto: Promoção, pelo critério de merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema, segunda entrância.

**Relatora Conselheira Jaceguara Dantas da Silva.**

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça o nome do Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki para compor a lista triplíce para promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema, segunda entrância e para complementação da lista, o Conselho, à unanimidade, indicou os nomes dos Promotores de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas e Gustavo Henrique Bertocco de Souza.**

##### **2. Processo PGJ/10/2430/2019.**

Expediente: Aviso nº 12/2019/CSMP, de 12.6.2019, publicado no DOMP/MS nº 1989, de 17.6.2019.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, para a Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes, primeira entrância.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou o nome do Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas para remoção pelo critério de antiguidade para a Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes, primeira entrância.**

#### **7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**

##### **7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**

###### **a. Processos retirados de pauta na reunião do dia 2.7.2019, por ausência justificada do Relator:**

###### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003500-4**

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Banco do Povo - José Orcírio de Miranda

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas no Banco do Povo durante o mandato do ex-governador José Orcírio Miranda dos Santos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES OCORRIDAS NO BANCO DO POVO - CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A OSCIP/BANCO DO POVO E DEMAIS SECRETARIA E ÓRGÃOS PÚBLICOS - INCENTIVO FINANCEIRO DO ESTADO - VERIFICADA CONCESSÃO DE MICROCRÉDITO DO BANCO DO POVO AOS BENEFICIÁRIOS - INTERESSE PÚBLICO - DILIGÊNCIAS - IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO PÚBLICO E DE DOLO NA CONDUTA DO

AGENTE PÚBLICO – NÃO CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Restou devidamente comprovado nos autos que não houve irregularidades nos repasses efetuados pelo Poder Público ao Banco do Povo através de parcerias e convênios, que, por sua vez, destinou os valores percebidos através de microcréditos a pequenos empreendedores, afastando assim, qualquer conduta ímproba decorrente de dano ao erário público, ou má-fé na execução dos convênios investigados. Desse modo, não restando verificada a ocorrência de danos ao erário público municipal, nem conduta lesiva ou dolo dos agentes políticos aptos a caracterizar ato de improbidade administrativa, a Promoção de Arquivamento deve ser homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000915-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Boa Vista – Fellipe Augusto Straub Fronza

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Boa Vista, localizada no município de Sidrolândia/MS.

EMENTA - 2ª PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SIDROLÂNDIA/MS - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS NA FAZENDA BOA VISTA - DANOS AMBIENTAIS – USO INADEQUADO DE DOMISSANITÁRIO EM CULTIVO DE SOJA/MILHO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **3. Inquérito Civil nº 06.2019.00003380-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Casemiro Alvarez Filho

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Burity, localizada no município de Camapuã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - CAMAPUÃ/MS - APURAR IRREGULARIDADES JURÍDICO AMBIENTAIS - CARVOEJAMENTO - DEGRADAÇÃO DA APP E AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO NO CAR/MS – PROPRIEDADES CONTÍGUAS - FAZENDA BURITY, CASSIANA E SÃO CARLOS - INÉRCIA DO REQUERIDO - AUSÊNCIA DE ADOÇÃO DE MEDIDAS MITIGATÓRIAS - AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL - PROMOÇÃO ARQUIVAMENTO NÃO CONHECIDA. Constatando-se a propositura de Ação Civil Pública em decorrência existência de dano ambiental e inércia do requerido, devem os presentes autos instruir a ação proposta, nos termos do artigo 22, §13 da Resolução 15/2007-PGJ e Enunciado nº 17/2017 CSMP. Retorno dos autos à origem. Promoção de Arquivamento não conhecida.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não conheceu da promoção de arquivamento e determinou o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para as providências cabíveis, nos termos do voto do Relator.***

## **4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001295-1**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Osvaldo Coinete dos Santos e Vera Nice Souza dos Santos

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Retiro, localizada no município de Ponta-Porã/MS.

EMENTA - PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA PORÃ/MS - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES JURÍDICOAMBIENTAIS NAS FAZENDAS VISTA ALTA E CAMBRAIA DO SUL - AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO NO CAR - DANOS NA ÁREA DE RESERVA LEGAL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 – PROMOÇÃO DE

**ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO.** O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito cível possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000543-2**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ricardo Emerson Cezário

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Luna Porã, localizada no município de Ponta-Porã/MS.

**EMENTA - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA PORÃ/MS - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS NA FAZENDA LUNA PORÃ - DANOS AMBIENTAIS - ARMAZENAMENTO DE EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS SEM REGISTRO NO BRASIL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO.** O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito cível possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

#### **6. Recurso em Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002517-2 – SIGILOSO**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, votou pelo prosseguimento do Procedimento Administrativo com base no artigo 8º, II, da Resolução nº 005/2012/CPJ e do artigo 15, XXIX, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 145/2010/CPJ e determinou a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, para designar outro membro do Ministério Público para atuação, bem como para adoção das providências cabíveis, nos termos do voto do Relator.*

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2018.00003420-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Eldorado e Transmaq Serviços e Locações Ltda.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de empresa de locação de máquinas pela Prefeitura Municipal de Eldorado.

**EMENTA - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JUSTIÇA ELDORADO/MS – PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO - AVERIGUAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO CERTAME LICITATÓRIO - MODALIDADE PREGÃO E NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA EMPRESA TRANSMAC SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE MÁQUINAS LTDA - LOCAÇÃO DE MAQUINÁRIOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - CONLUÍO OU DIRECIONAMENTO NÃO COMPROVADO - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA O ERÁRIO PÚBLICO - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DESCARACTERIZADO – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - ARQUIVAMENTO.** Durante a investigação desse procedimento, não houve indicativo de irregularidades ou direcionamento no certame (modalidade pregão) ou na contratação da empresa Transmaq Serviços e Locação Ltda, pelo município de Eldorado, vez que restou apurado que a contratação foi realizada nos termos da Lei nº 8.666/93, dentro dos valores de mercado, bem como os serviços foram devidamente prestados àquele ente municipal. Desse modo, observa-se que a atuação ministerial foi minuciosa e demonstrou a devida resolutividade, e, ante a ausência de má-fé e de dano ao erário público municipal, o arquivamento do feito é medida que se impõe.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**8. Inquérito Civil nº 06.2018.00003575-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Hemoprot - Indústria e Comercio de Produtos Frigoríficos Ltda-ME

Assunto: Apurar a regularidade ambiental das atividades da empresa Hemoprot, cuja indústria encontra-se situada na Rodovia BR 163, KM 12,5, Zona Rural, nesta cidade de Mundo Novo.

EMENTA - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUNDO NOVO/MS - DANOS AMBIENTAIS - HEMOTROP - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FRIGORÍFICOS LTDA - DENÚNCIA DE QUE AS ATIVIDADES DA EMPRESA EXALAM MAU CHEIRO E POLUENTES - INCOLUMIDADE PÚBLICA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA EMPRESA - LICENÇAS AMBIENTAIS E DE OPERAÇÃO VIGENTES - VISTORIAS - COMPROVAÇÃO - AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL E DE LESÃO AO MEIO AMBIENTE - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Restou verificado através do conjunto fático e probatório acostado aos autos a regularidade jurídico-ambiental da empresa Hemoprot - Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., mormente através da apresentação/renovação da Licença de Operação, do implemento de novo sistema de tratamento de efluentes instalado na empresa e das vistorias realizadas no local. Desse modo, ao contrário do denunciado, restou verificado a ausência de emissão de poluentes e de mau cheiro, decorrente das atividades realizadas pela empresa investigada, a qual encontra-se devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente. Assim, constatou-se resolutividade na atuação do representante ministerial, vez que concluiu efetivamente que a conduta da empresa investigada não causou dano ambiental passível de ser responsabilizado na seara cível, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**b. Processos:****1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001301-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Roberto Fernandes de Melo

Assunto: Apurar eventual irregularidade no cumprimento da jornada de trabalho do médico Roberto Fernandes de Melo em virtude do acúmulo de cargos perante a Administração Pública.

**Advogado:** Flavio Garcia da Silva - OAB/MS 6.742/MS

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM – MÉDICO – R.F.M – APURAR POSSÍVEL ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS – MÉDICO PERITO NO INSS E ORTOPEDISTA NO HOSPITAL REGIONAL DE COXIM - INCOMPATIBILIDADE DE CARGOS NÃO COMPROVADA – PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA Nº 115/2019 - CRM/MS - REGULARIDADE NA JORNADA DE TRABALHO DO PROFISSIONAL MÉDICO - HORÁRIOS CONCILIÁVEIS - COMPROVAÇÃO DA EFETIVA CONTRAPRESTAÇÃO LABORATIVA – AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL OU ENRIQUECIMENTO ILÍCITO - ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO . Da análise dos elementos reunidos nos autos, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe, pois, não houve a cumulação indevida de cargos públicos pelo médico ortopedista R.F.M, ora investigado, vez que sua jornada de trabalho deu-se em horários conciliáveis e não trouxe prejuízo ao erário público municipal. Ao contrário, fora constatada a devida contraprestação laboral do referido profissional, bem como o cumprimento integral de sua jornada de trabalho, razão pela qual não há irregularidades a serem sanadas e tampouco atos de improbidade administrativa a serem reparados, impondo-se a homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**2. Inquérito Civil nº 100/2014**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Marcelo Pereira da Silva

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual irregularidade na licitação e na edificação da Biblioteca Municipal de Três Lagoas.

EMENTA – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS/MS – APURAR IRREGULARIDADES NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 272/2010 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL – ATHLON CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA – OBRAS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE TRÊS LAGOAS – SUPERFATURAMENTO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - AUSÊNCIA DE

MÁCULAS NO PROCESSO LICITATÓRIO E NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME - AUSÊNCIA DE OFENSA AS NORMAS COGENTES NA LEI DE LICITAÇÃO Nº 8.666/93 – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE — ARQUIVAMENTO- HOMOLOGAÇÃO. O presente procedimento teve seu objeto alcançado, pois não foram encontradas irregularidades no processo licitatório nº 272/2010 realizado pela Prefeitura Municipal de Três Lagoas, bem como na contratação da empresa vencedora Athlon Construções e Incorporações Ltda, para construção do prédio da Biblioteca Municipal, vez que o relatório de vistoria realizada pelo DAEX aferiu a ausência de superfaturamento no contrato investigado, bem como a realização da obra, objeto de contrato, evidenciando ausência de danos ao erário público municipal e de afronta às normas cogentes da Lei de Licitações nº 8.666/93. Desse modo, restou apurado a ausência de máculas no certame denunciado e de atos de improbidade administrativa, impondo-se o arquivamento dos autos.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

### 3. Inquérito Civil nº 10/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Antônio João/MS

Assunto: Compelir o município de Antônio João/MS, a sanar irregularidade no que tange à efetivação de agentes comunitários de saúde, cujos beneficiados são as pessoas descritas no art.1º do Decreto Municipal nº 271/10, sem que houvesse a comprovação do que determina o art.2º, parágrafo único, da EC nº 51/2006.

EMENTA – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA PORÃ/MS – AVERIGUAR IRREGULARIDADES NA NOMEAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – MUNICÍPIO DE ANTÔNIO JOÃO - SUPRIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – AFRONTA AS NORMAS LEGAIS VIGENTES - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – FORMALIZAÇÃO DE TAC NOS MOLDES DO ART. 1º, §2º, RESOLUÇÃO CNMP N. 179/2017 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, inclusive na seara da improbidade administrativa, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente Inquérito Civil possui TAC celebrado entre as partes, bem como fora instaurado o Procedimento Administrativo nº 06.2017.00001052-0 no SAJ/MP para fiscalização do cumprimento das cláusulas ali avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

### 4. Inquérito Civil nº 23/2015

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Rede de Cinema Cinépolis - Unidade Shopping Norte Sul Plaza

Assunto: Apurar eventual ausência de acessibilidade no âmbito da Rede de Cinema Cinépolis, localizada no Shopping Norte Sul Plaza, em Campo Grande/MS.

EMENTA – 67ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS – AVERIGUAÇÃO DAS NORMAS DE ACESSIBILIDADE – CINÉPOLIS OPERADORAS DE CINEMA DO BRASIL LTDA – ADEQUAÇÃO DO LOCAL À LEGISLAÇÃO PERTINENTE - FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado entre as partes visando a adequação do local às normas de acessibilidade, bem como já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**5. Inquérito Civil nº 1/2013**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul

Assunto: Apurar eventual falta de estrutura adequada nos serviços municipais de atendimento à criança e ao adolescente, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social.

EMENTA – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL/MS – APURAR AS DEFICIÊNCIAS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO DE NOVA ALVORADA DO SUL VOLTADAS A PROTEÇÃO E O BEM ESTAR DOS MENORES- CRIANÇAS E ADOLESCENTES – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – ADOÇÃO DE MEDIDAS SANEADORAS – PROMULGAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 076/2014 – ADEQUANDO A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO E PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - MAIORIA DAS IRREGULARIDADES FORAM SANADAS- REMANESCÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DECENAL MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOPANHAMENTO DO IMPLEMENTO PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ENTENDIMENTO DA RESOLUÇÃO Nº 174/2017 – ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Observou-se no decorrer da instrução que as irregularidades concernentes à tutela dos direitos e da proteção da criança e do adolescente foram adotadas no município de Nova Alvorada do Sul, remanescendo apenas a implementação do Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Desse modo, o representante ministerial instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003639-8, nos termos do inciso II, do artigo 8º, da Resolução nº 174/2017/CNMP, para acompanhar e fiscalizar a adoção da medida faltante, mormente a implementação na referida comarca do Plano de Atendimento Socioeducativo dos menores, razão pela qual torna-se imperioso o arquivamento do feito em epígrafe.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**

**Processos retirado de pauta na reunião do dia 2.7.2019, por ausência justificada do Relator:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002329-2**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ambiental consistente no desmatamento de 9,57 ha, no imóvel rural denominado Fazenda Varjão, de propriedade do Sr. Márcio Gianluppi, localizada no limite entre Nioaque/MS e Maracaju/MS, em decorrência da Operação Cachorro-Vinagre.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS - MEIO AMBIENTE - FAZENDA VARJÃO (OPERAÇÃO “CACHORRO-VINAGRE”) - APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL CONSISTENTE NO DESMATAMENTO DE 9,57 HA, NO IMÓVEL RURAL DENOMINADO “FAZENDA VARJÃO” - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - DANO AMBIENTAL NÃO CARACTERIZADO - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista a ausência de dano ambiental a ser recomposto, vez que não foi comprovado o desmatamento de 9,57 hectares da Fazenda Varjão, mas sim, a realização de limpeza e reforma de pastagens, onde foram retiradas as vegetações de porte arbustivo revegetadas com o uso de roçadeiras, que não geram aproveitamento de material lenhoso, consoante consta na Declaração Ambiental Eletrônica nº 3598/2013.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000196-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Forquilha (Operação “Cachorro-Vinagre”).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS - MEIO AMBIENTE - FAZENDA FORQUILHA (OPERAÇÃO “CACHORRO-VINAGRE”) - APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA “FAZENDA FORQUILHA” - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - DANO AMBIENTAL

NÃO CARACTERIZADO - AUTORIZAÇÃO DO IMASUL - LICENÇA VÁLIDA - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista a ausência de dano ambiental a ser recomposto, vez que restou demonstrado que a supressão inicialmente verificada ocorreu de maneira regular, tendo em vista que já havia autorização do IMASUL para tanto, possuindo Licença Válida (Autorização Ambiental nº 122/2013).

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

### 3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000768-8

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Bruno Ribeiro Villela

Requerido: Miguel Said

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de suposta omissão praticada em tese, pela Polícia Judiciária, na tramitação da *Notitia Criminis* nº 122, de 03.11.2011, sobre omissão de socorro e falsidade em prontuário médico da Clínica Campo Grande/MS.

**Advogado:** Bruno Ribeiro Villela OAB/MS 14.994

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DE SUPOSTA OMISSÃO PRATICADA EM TESE, PELA POLÍCIA JUDICIÁRIA - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - RESPONSABILIZAÇÃO DOS SERVIDORES - INEXISTÊNCIA DE DOLO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada. Primeiramente, verificou-se que dos documentos acostados ao feito que o Delegado de Polícia Civil aposentado, Sr. Miguel Said, emitiu posicionamento jurídico sobre a suposta omissão de socorro e falsidade em prontuário médico da Clínica Campo Grande/MS, ou seja, de que este crime já estaria prescrito e, que pelo fato de se tratar de servidores federais, orientou pela procura junto ao Ministério Público Federal. Ademais, constatou-se que houve apuração e responsabilização dos respectivos servidores públicos com relação ao crime de omissão de socorro, notadamente porque foi ajuizada a Ação de Indenização em face do médico José Ivan Albuquerque Aguiar; o Processo Administrativo Disciplinar em face de José Ivan, ocasionando a suspensão de proventos por 90 dias e obrigação de reparar o erário (R\$ 1.134.790,74); a Ação de Improbidade Administrativa que tramita na 2ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande/MS; a Ação de Exibição de documentos em desfavor do Delegado de Polícia Civil Miguel Said, na qual a pretensão do denunciante não foi acolhida pelo Juizado da Fazenda Pública de Campo Grande/MS.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

### 4. Inquérito Civil nº 14/2015

Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Servidores da Polícia Civil da comarca de Nova Alvorada do Sul

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente na utilização indevida de veículos apreendidos e recolhidos nas dependências da Delegacia de Polícia de Nova Alvorada do Sul por parte de servidores públicos na unidade policial.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE VEÍCULOS APREENDIDOS E RECOLHIDOS NAS DEPENDÊNCIAS DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE NOVA ALVORADA DO SUL, POR PARTE DE SERVIDORES DA UNIDADE POLICIAL – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL DEVIDAMENTE ACATADA – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que se constatou o acatamento integral da Recomendação Ministerial 003/2018/PJ/NAAD à Polícia Civil de Nova Alvorada do Sul, para que que abstenha de permitir que veículos apreendidos nas dependências da Polícia Civil local sejam utilizados, ainda que para fins de interesse público, desprovidos da devida cautela judicial, bem como a realização de inventário acerca de todos os veículos que estão apreendidos nas dependências da Delegacia de Polícia de Nova Alvorada do Sul, procedendo à devida vinculação aos respectivos procedimentos investigativos e mantendo-se o controle rigorosamente atualizado.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

### 5. Inquérito Civil nº 13/2015

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Herdeiros de Waldemar Soares da Silva, Oberdan Amancio Alves de Lima e o município de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Chácara Santo Antônio”, pertencente a Oberdan Amancio Alves de Lima e aos herdeiros de Waldemar Soares da Silva, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – 42ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - MEIO AMBIENTE – CHÁCARA SANTO ANTÔNIO– APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL LOCALIZADO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS MANANCIAIS DO CÓRREGO LAJEADO – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – DANO AMBIENTAL NÃO CARACTERIZADO – IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS – APRESENTAÇÃO DO CAR – ENUNCIADO N. 10/2017/CSMP – ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista a ausência de dano ambiental a ser recomposto, fato este comprovado pela SEMADUR, oportunidade em que constatou que a área de preservação permanente decorrente da área brejosa (olho d'água) se encontrava em processo de regeneração natural, apresentando bom desenvolvimento vegetativo, não sendo necessário o Projeto de Recuperação de Área Degradada. Desta feita, consoante se vê do Enunciado n. 10/2017/CSMP, o qual determina que, inexistindo dano ambiental, o procedimento de investigação poderá ser arquivado mediante apresentação de CAR pelo proprietário rural, bem como ante a comprovação nos autos de que as irregularidades foram sanadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

## 6. Inquérito Civil nº 21/2011

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Vista Bela

Assunto: Apurar a regularidade da criação de suínos, na fazenda Vista Bela, situada na Rodovia CG 040, KM 17, sob posse de Ademir Correa da Silva, reunindo elementos de prova para, se for o caso, instruir Ação Civil Pública, tudo na forma do art. 23 da Resolução nº 015/2007-PGJ.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE DA CRIAÇÃO DE SUÍNOS NA “FAZENDA VISTA BELA”, LOCALIZADA EM TERENOS/MS – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC FIRMADO - CUMPRIMENTO INTEGRAL – ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada. infere-se que o TAC entabulado de fls. 228/234, restou integralmente cumprido, uma vez que no que tange ao licenciamento, constatou-se que pelo fato de a atividade de suinocultura ser de pequeno porte, está isento de licenciamento, consoante dispõe a Resolução nº 09/2015. Ademais, com relação à recuperação da área degradada, verificou-se que o compromissário realizou a devida regeneração ambiental, não sendo possível constatar a existência de processos erosivos e carreamento de sedimentos para o córrego. Outrossim, no que se refere à necessidade de remoção das estruturas existentes na área de preservação permanente, observou-se que houve a remoção completa do lavador de carros, bem como dos entulhos que estavam na propriedade. Por fim, ressaltou-se a desnecessidade do isolamento da área em razão da inexistência de bovinos no local.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

## 7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

### 1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000066-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Luis Carlos Perfetto Batista e outros

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causados pelo represamento da água da Fazenda São Pedro, bem como da construção de um tanque de piscicultura na mesma propriedade.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL – 1. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM A REQUERIDA DILMA CONCEIÇÃO DA SILVA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO ART. 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 – TAC HOMOLOGADO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2012 PGJ - 2. EM RELAÇÃO À FAZENDA SÃO PEDRO JÁ HOUVE A RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA – 3. EM RELAÇÃO AO DANO AMBIENTAL CAUSADO NA ESTÂNCIA OCHUDA DE PROPRIEDADE DE DELMA MARIA CAVALCANTE E EM RELAÇÃO AO DANO CAUSADO POR OBRAS EM APP PELO MUNICÍPIO DE INOCÊNCIA NÃO HOUVE INTERESSE EM CELEBRAÇÃO DE ACORDO – AJUIZAMENTO DE ACP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que houve a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta em relação ao imóvel denominado Chácara



nº 04. Em relação à Fazenda São Pedro, após vistoria realizada pelo DAEX, verificou-se a recuperação total da área degradada, bem como a existência de medidas para evitar a degeneração da área de APP. Assim, a presente promoção de arquivamento merece ser conhecida e homologada quanto a estes requeridos. Por seu turno, a Estância Ochuda e o Município de Inocência não manifestaram interesse em realizar acordo nas vias administrativas, o que culminou na propositura de ação civil pública. Assim, tendo o órgão ministerial ajuizado a Ação Civil Pública nº 08.2019.00082790-6, em desfavor de Delma Maria Cavalcante e o Município de Inocência, não existem outras diligências a serem encetadas no presente feito. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento parcial.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial, nos termos do voto do Relator.*

## **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001429-7**

1ª Promotoria de Justiça das Pessoas com Deficiência da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prédio do Fórum de Coxim

Assunto: Apurar as condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais no edifício das dependências do Fórum de Justiça da

Comarca de Coxim.

**Advogado:** Flavio Garcia da Silva - OAB/MS 6.742/MS

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - ACESSIBILIDADE CONSTRUÇÃO DE NOVO PRÉDIO PARA FUNCIONAMENTO DO FÓRUM DA COMARCA DE COXIM - NORMAS DE ACESSIBILIDADE OBSERVADAS - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que após a atuação do órgão ministerial, o Tribunal de Justiça realizou a construção de novo prédio para acomodar o Fórum de Justiça de Coxim, observando as normas de acessibilidade. Ademais, as irregularidades ainda presentes, dizem respeito somente à disposição de móveis e ausência de sinalização. Desse modo, ante o saneamento das irregularidades inicialmente constatadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

## **3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.0000340-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto desvio, por servidor do Município de Bodoquena, de mercadorias licitadas.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - DESVIO DE PRODUTOS LICITADOS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - SUPOSTO DANO AO ERÁRIO - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que consoante depoimentos dos funcionários da Secretaria de Assistência Social do Município de Bodoquena, a retirada de produtos na empresa fornecedora ocorria somente com requisições elaboradas no sistema do computador do órgão, com a descrição exata das mercadorias retiradas. Ainda, consoante notas fiscais e de empenho apresentadas, verifica-se que os produtos retirados são compatíveis aos utilizados para o funcionamento regular do órgão público, não se constatando qualquer tipo de disparidade. Desse modo, ante a não comprovação das irregularidades investigadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator, deu-se por impedido o Conselheiro Silasneiton Gonçalves, tendo em vista ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda e da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica da substituição.*

## **4. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2019.00002973-9**

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Recorrente: Katia Geleilate Dittimar

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Acompanhar a ocorrência M2190260, acerca de Poluição Sonora e Perturbação da Tranquilidade e do Sossego Alheio causados, entre outros, pela utilização de som alto e pela aglomeração de pessoas no estabelecimento comercial “Saideira Classic Bar”, localizado à Rua Dom Aquino esquina com a Rua José Antônio Pereira, Centro, nesta capital.

**Advogada:** Daniela Rodrigues de Oliveira - OAB/MS 11.866

EMENTA: NOTÍCIA DE FATO - POLUIÇÃO SONORA - NÃO COMPROVAÇÃO - MEDIÇÃO SONORA - REALIZADA PELA SEMADUR – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – RECURSO DA REPRESENTANTE - DESPROVIMENTO. Depreende-se dos presentes autos, que a representante suscitou a atuação do órgão ministerial para

apuração de suposta ocorrência de poluição sonora, praticada em tese, pelo estabelecimento comercial Saideira Classic Bar. Consoante informações da SEMADUR e da Polícia Militar, não se comprovou qualquer irregularidade referente a emissão de ruídos no local. Ademais, o comércio está sendo monitorado pelos órgãos competentes, devido a solicitação de expedição de Alvará Especial de funcionamento, sendo realizado o acompanhamento de emissão de som com a devida elaboração de Laudo de Medição Sonora. Desse modo, voto pelo desprovisionamento do recurso interposto pela representante, votando, por consequência, pela homologação do arquivamento da presente notícia de fato.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, votou pelo desprovisionamento do recurso interposto pela representante e consequente arquivamento da Notícia de Fato, nos termos do voto do relator.*

#### **7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**

##### **1. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002525-0**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Marta Pavan

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa de M. M. P. decorrente do recebimento de proventos como assessora parlamentar na Assembleia Legislativa sem cumprir integralmente sua jornada de trabalho.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR EVENTUAL

ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DE M. M. P. DECORRENTE DO RECEBIMENTO DE PROVENTOS COMO ASSESSORA PARLAMENTAR NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SEM CUMPRIR INTEGRALMENTE SUA JORNADA DE TRABALHO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não foram constatados atos de improbidade administrativa no caso em apreço, uma vez que a rotina de trabalho apresentada pela servidora Maria Marta Pavan quando de seu monitoramento pelo GAECO (fls. 17-20) correspondia ao seu horário de expediente regular, correspondendo apenas ao período matutino, conforme cartão de ponto da requerida acostado às fls. 63-74. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002236-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades no bairro Vale Verde, em especial as condições de asfalto da Rua Sebastião Justino Diogo, no Município de Brasilândia/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO BAIRRO VALE VERDE, EM ESPECIAL AS CONDIÇÕES DE ASFALTO DA RUA SEBASTIÃO JUSTINO DIOGO, NO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA/MS. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP ENUNCIADO Nº 09/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007-PGJ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de Brasilândia, a empresa Gomes e Gomes Empreendimentos Imobiliários Ltda e a empresa Construtora Jupiá Ltda, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001700-0, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

##### **3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001279-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar irregularidades quanto às subvenções sociais destinadas à Associação Beneficente Espaço Manancial.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR IRREGULARIDADES QUANTO ÀS SUBVENÇÕES SOCIAIS DESTINADAS À ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ESPAÇO MANANCIAL. IRREGULARIDADES NÃO CONFIGURADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o

objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades apontadas pelo denunciante não se confirmaram, uma vez que as subvenções sociais destinadas à Associação Beneficente Espaço Manancial, apesar de elevadas, não contém nenhuma irregularidade, conforme documentos acostados aos autos e afirmação do Promotor de Justiça. Assim, ausentes os fundamentos necessários para a continuidade das diligências ou instauração de ação judicial cabível, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001445-3 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

**Advogados:** Flavio Garcia da Silva - OAB/MS 6.742/MS, Darci Cristiano de Oliveira – OAB/MS 7.313 e Pedro Ronny Argerin OAB/MS 4.883.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, votou pela não homologação da promoção de arquivamento e baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para as providências necessárias, nos termos do voto do relator.*

#### **7.2.6. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**

##### **1. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003194-1**

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Terenos

Requerente: Anônimo

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade na prestação de serviço médico na UBS Central do Município de Terenos/MS, consistente no pagamento indevido de plantões aos profissionais da saúde.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO NA UBS CENTRAL DO MUNICÍPIO DE TERENOS/MS, CONSISTENTE NO PAGAMENTO INDEVIDO DE PLANTÕES AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE - OBJETO ESGOTADO - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as supostas irregularidades noticiadas pelo denunciante anônimo não se confirmaram, uma vez que não restou configurado enriquecimento ilícito por parte dos médicos investigados. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003383-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gustavo Samúdio Arantes

Assunto: Apurar o exercício de atividade de carvoejamento em desacordo com as normas ambientais, ocorrido no ano de 2006, bem como a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda São Carlos, situado no município de Camapuã, para a adoção de medidas necessárias à regularização de referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE CARVOEJAMENTO EM DESACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS, OCORRIDO NO ANO DE 2006, BEM COMO A SITUAÇÃO JURÍDICOAMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO FAZENDA SÃO CARLOS, SITUADO NO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ, PARA A ADOÇÃO DE MEDIDAS NECESSÁRIAS À REGULARIZAÇÃO DE REFERIDO IMÓVEL DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES - AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do presente procedimento se encontra abrangido pelo objeto da Ação Civil Pública nº 0900023-29.2019.8.12.0006. Diante disso, conclui-se pela falta de justa causa para o prosseguimento do feito, em razão da tramitação em juízo da citada Ação Civil Pública. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

##### **3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003384-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gilberto da Silva Gomes

Assunto: Apurar o exercício de atividade de carvoejamento em desacordo com as normas ambientais, ocorrido no ano de 2006, bem como a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda São Carlos, situado no município de

Camapuã, para a adoção de medidas necessárias à regularização de referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE CARVOEJAMENTO EM DESACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS, OCORRIDO NO ANO DE 2006, BEM COMO A SITUAÇÃO JURÍDICOAMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO FAZENDA SÃO CARLOS, SITUADO NO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ, PARA A ADOÇÃO DE MEDIDAS NECESSÁRIAS À REGULARIZAÇÃO DE REFERIDO IMÓVEL DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES - AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA - LITISPENDÊNCIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do presente procedimento se encontra abrangido pelo objeto da Ação Civil Pública nº 0900023-29.2019.8.12.0006. Diante disso, conclui-se pela falta de justa causa para o prosseguimento do feito, em razão da tramitação em juízo da citada Ação Civil Pública, a fim de se evitar o instituto da litispendência. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001283-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria do Patrimônio Público da União

Assunto: Apurar regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Aldeia Apapeguá, neste município – Projeto Rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO ALDEIA APAPEGUÁ, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ/MS – PROJETO RIO APA – ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - RECONHECIMENTO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO - REMESSA DESTE PROCEDIMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - ENUNCIADO Nº 16/CSMP - BAIXA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM PARA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS. No transcurso do presente procedimento constatou-se que a Aldeia Apapeguá trata-se de propriedade rural que se encontra sob responsabilidade da Fundação Nacional do Índio FUNAI, por ser área tradicionalmente ocupada por indígenas, competindo, portanto, à Justiça Federal processar e julgar o feito. Declínio de atribuição ao Ministério Público Federal. Observância ao Enunciado nº 16 do CSMP.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal e baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para as providências necessárias, nos termos do voto do relator.*

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000905-0

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a prática irregular de ocupação do passeio público pelos comerciantes da cidade de Bela Vista, em desrespeito à exigência constante no código de Postura do Município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A PRÁTICA IRREGULAR DE OCUPAÇÃO DO PASSEIO PÚBLICO PELOS COMERCIANTES DA CIDADE DE BELA VISTA, EM DESRESPEITO À EXIGÊNCIA CONSTANTE NO CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO – OBJETO ESGOTADO - IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades inicialmente constatadas foram sanadas, uma vez que houve a regularização dos estabelecimentos comerciais de acordo com as exigências do Código de Postura do Município de Bela Vista/MS. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2016.00001435-6

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto direcionamento de licitação no município de Aquidauana nos seguintes processos licitatórios: Tomada de Preço nº 4/2014, Tomada de Preço nº 5/2014 e Concorrência Pública nº 3/2014.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTO DIRECIONAMENTO DE LICITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA NOS SEGUINTE PROCESSOS LICITATÓRIOS: TOMADA DE PREÇO Nº 4/2014, TOMADA DE PREÇO Nº 5/2014 E CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 3/2014 - COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

FEDERAL - RECONHECIMENTO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO - REMESSA DESTE PROCEDIMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - ENUNCIADO Nº 16/CSMP - BAIXA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM PARA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS. No transcurso do presente procedimento constatou-se a competência do Ministério Público Federal para atuar no feito uma vez que os processos licitatórios investigados envolvem o recebimento de verba pública federal oriunda do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte Pró-Municípios promovido pelo Ministério das Cidades e operado com recursos federais, bem como do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 203945/2013 com recursos oriundos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC). Declínio de atribuição ao Ministério Público Federal. Observância ao Enunciado nº 16 do CSMP.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal e baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para as providências necessárias, nos termos do voto do relator.*

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000734-1**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A. A. da C.

Assunto: Apurar patrimônio incompatível com a função do servidor Antônio Alcides da Costa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR PATRIMÔNIO INCOMPATÍVEL COM A FUNÇÃO DO SERVIDOR A. A. DA C. – OBJETO ESGOTADO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não foram comprovados atos de improbidade administrativa de enriquecimento ilícito por parte do servidor público municipal à época em que ocupou cargo de chefia no departamento de licitação do município de Coxim/MS. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002710-4**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na contratação do médico L. T. F. de M., através de sua Clínica Médica Gonçalves e Miranda Ltda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL ILEGALIDADE NA CONTRATAÇÃO DO MÉDICO L. T. F. DE M., ATRAVÉS DE SUA CLÍNICA MÉDICA GONÇALVES E MIRANDA LTDA. - OBJETO ESGOTADO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades alegadas pelo denunciante não se confirmaram, uma vez que não foram constatadas ilegalidades na contratação da empresa Clínica Médica Gonçalves Miranda Ltda. pelo município de Bonito/MS, que pudessem ensejar atos de improbidade administrativa. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

Campo Grande, 24 de julho de 2019

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO MPMS E ALMS**

Processo nº PGJ/10/2886/2017

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representada por seu Presidente, o Deputado Estadual **Paulo José Araújo Corrêa**, e por seu Primeiro Secretário, o Deputado Estadual **Zé Teixeira**.

Amparo legal: Artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e no artigo 8º, §2º, do Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Convênio, referente à utilização de espaço na programação da TV ALMS, da Assembleia Legislativa, pelo MPMS, por mais 24 (vinte e quatro) meses.

Vigência do Convênio: 17.08.2019 até 17.08.2021.

Data da assinatura: 9 de julho de 2019.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0017/2019/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório no Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000016-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Flávio Costa Estevam & Cia Ltda. (dinneer.Com) – com sede na avenida Primeiro de Maio, nº 553, Jardim São Bento – CEP: 79004-620, Campo Grande-MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade cometida pelo site dinneer.com (Flávio Costa Estevam & Cia Ltda.) referente a prática de publicidade enganosa.

Campo Grande/MS, 24 de julho de 2019.

**FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 23/2019.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2019.00002619-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Com o objetivo de acompanhar a execução do Termo de Cooperação Mútua n.004/2019 firmado entre Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande.

Campo Grande, 23 de julho de 2019.

**LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO**

Promotora de Justiça.

---

**DOURADOS**

---

**NOTÍCIA DE FATO: 01.2019.00003518-5**

Requerente: Ministério Público Estadual

RECOMENDAÇÃO N. 0005/2019/16PJ/DOS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que *“a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”*;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do servidor público desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os servidores devem observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o teor da Notícia de Fato n. 01.2019.3518-5, registrada com base em manifestação dando conta de eventuais irregularidades na concessão da honraria Medalha Tenente Antônio João à Guardas Municipais, alegando influência política e participação do ex-comandante na escolha dos beneficiados;

CONSIDERANDO que princípios são *“pois, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para exata compreensão e inteligência delas, exatamente porque define a lógica e a racionalidade do sistema normativo, conferindo-lhe a tônica que lhe dá sentido harmônico”*, conforme conceito de Celso Antônio Bandeira de Mello<sup>1</sup>;

CONSIDERANDO a esse respeito que em complementação, o autor ainda aduz que *“violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio violado, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra”* (MELLO, 2004);

CONSIDERANDO que o princípio da motivação, como um dos princípios expressos na Lei Maior *“determina que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Trata-se de requisito moralizador, pois permite o controle, por parte dos administrados, da existência, da licitude e da suficiência dos motivos apontados pela Administração para a prática dos seus atos”*<sup>2</sup>;

CONSIDERANDO que de acordo com a natureza moralizadora do supra mencionado postulado, verifica-se que sua observância deve se dar de maneira irrestrita, independente da natureza do ato administrativo, seja ele vinculado ou discricionário, como ensina Ricardo Alexandre e João de Deus *“a regra no Brasil é a necessidade de motivação de todos os atos ou decisões administrativas, o que significa que a Administração Pública deve sempre deixar expressos os motivos*

---

1 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 451.

2 Alexandre, Ricardo Direito administrativo / Ricardo Alexandre, João de Deus. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017 p. 117.

que a levaram a praticar um ato ou a tomar determinada decisão, quer se trate de ato vinculado, quer se trate de ato discricionário" (2017, p. 118);

CONSIDERANDO que no mesmo sentido, ensina Celso Antonio Bandeira de Mello<sup>3</sup> que *"a motivação deve ser prévia ou contemporânea à expedição do ato. Em algumas hipóteses de atos vinculados, isto é, naqueles em que há aplicação quase automática da lei, por não existir campo para interferência de juízos subjetivos do administrador, a simples menção do fato e da regra de Direito aplicada pode ser suficiente, por estar implícita a motivação. Naqueloutros, todavia, em que existe discricionariedade administrativa ou em que a prática do ato vinculado depende de aturada apreciação e sopesamento dos fatos e das regras jurídicas em causa, é imprescindível motivação detalhada"*;

CONSIDERANDO que corrobora tal entendimento a lição de Maria Sylvia Zanella di Pietro<sup>4</sup>, ao reafirmar que *"entendemos que a motivação é, em regra, necessária, seja para os atos vinculados, seja para os atos discricionários, pois constitui garantia de legalidade que tanto diz respeito ao interessado como à própria Administração Pública; a motivação é que permite a verificação, a qualquer momento, da legalidade do ato, até mesmo pelos demais Poderes do Estado"*;

CONSIDERANDO, ainda, que a cidadania é um dos fundamentos da República e que o povo é o titular do poder, sendo portanto a motivação dos atos administrativos indispensável à análise da legalidade dos mesmos;

CONSIDERANDO que, quanto à indispensabilidade da motivação para o controle dos atos administrativos preceitua CARVALHO (2017, p. 92) que *"a motivação é indispensável ao controle dos atos administrativos, uma vez que demonstra à sociedade as razões pelas quais o poder público atuou de determinada forma, tornando possível a análise dos cidadãos acerca da legitimidade e adequação de seus motivos"*;

CONSIDERANDO que dada a importância, decorre diretamente de tal princípio um dos elementos que constituem o ato administrativo, qual seja: o do motivo, sendo expressamente previsto no art. 50, da Lei 9784/99, que:

Art. 50. **Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos,** quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;

IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

V - decidam recursos administrativos;

VI - decorram de reexame de ofício;

VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

CONSIDERANDO que, sobre tal matéria prossegue ainda o legislador no § 1º da referida norma a dispor ***que "a motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato"***;

CONSIDERANDO que, trazendo tais ensinamentos ao caso concreto, tem-se que a motivação dos atos de concessão das honrarias deve ser buscada até mesmo como forma de se coibir a pessoalidade nos atos administrativos, mormente se considerados os reflexos da medida que pode, ainda que indiretamente, atingir os interesses de outros membros da Guarda Municipal;

CONSIDERANDO que o disposto acima visa atender a outro princípio da administração igualmente importante, qual seja, o da **impessoalidade** que, como leciona CARVALHO (2016, p. 64) se concentra na ideia que *"a atuação do agente público deve-se pautar pela busca dos interesses da coletividade, não visando a beneficiar ou prejudicar ninguém em especial"*;

CONSIDERANDO o julgado do Tribunal Regional de Minas Gerais, o qual decidiu que a falta de motivação gera nulidade do ato administrativo:

3 MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo – 27ª ed. rev. e atual. – São Paulo: MALHEIROS, 2010, p. 112

4 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 200.



MANDADO DE SEGURANÇA - TRANSFERÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - **NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA VALIDADE DO ATO** - DECRETO QUE VEICULA CONSIDERAÇÕES GENÉRICAS ACERCA DO MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA - **INVALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO, POR AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO** - EM REMESSA NECESSÁRIA, CONFIRMAR A SENTENÇA QUE CONCEDEU A ORDEM. 1 - A transferência do servidor público constitui prerrogativa de natureza discricionária da Administração Pública, destinada a assegurar a melhor satisfação o interesse público exigindo, contudo, motivação idônea para que possa ser considerada válida. 2 - O caráter genérico das considerações constantes do Decreto, emanado do Chefe do Poder Executivo local, que determinou a transferência das impetrantes, **sem indicar de forma específica, os fatos ou necessidades que ensejaram a providência, implica na invalidade do ato administrativo**. 3 - Em remessa necessária, confirmar a sentença que concedeu a segurança. (TJ-MG - Remessa Necessária-Cv: 10582160006729001 MG, Relator: Sandra Fonseca, Data de Julgamento: 07/02/2017, Câmaras Cíveis / 6ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/02/2017)

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no próprio artigo 138 da Lei Complementar 121/07, ao disciplinar que "*a medalha Tenente Antonio João, destina a homenagear civis e militares que tenham prestado assinalados serviços a Corporação e aos Guardas Municipais que no seio da classe, se destaquem pelo seu valor pessoal de modo a contribuir decisivamente para o aperfeiçoamento e projeção da Instituição no âmbito municipal ou estadual e/ou nacional*";

CONSIDERANDO que, nesse sentido, o procedimento adotado atualmente pela Prefeitura Municipal quanto à concessão de honrarias por meio da Medalha Tenente Antonio João não se adequa ao disposto na Lei Complementar referida, especificamente no que tange ao não esclarecimento de quais atividades imputaram no destaque de valor pessoal que contribuíram decisivamente no aperfeiçoamento e projeção da Instituição; e,

CONSIDERANDO que a manutenção de tal irregularidade pode representar lesão aos princípios que regem a administração pública, sujeitando-se quem lhe der causa às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa (art. 11, Lei 8.429/92);

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da eficiência, legalidade, impessoalidade e moralidade RECOMENDAR, à Prefeita Municipal de Dourados, Délia Godoy Razuk, que :

- Quando da concessão de Medalhas, com base na Lei Complementar 121/07 (art. 138), atende-se para que o ato obedeça ao princípio da motivação, o qual deve constar expressamente em procedimento administrativo instaurado com tal finalidade;
- Sem prejuízo, no prazo de até 30 (trinta) dias, adote as providências cabíveis visando a adequação dos atos que concederam as honrarias já efetivadas a fim de que, sendo o caso, seja viabilizada sua convalidação.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis na tutela do bem comum.

Por fim, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Poder Legislativo Municipal, e também, para publicação no DOMP/MS.

Dourados, 22 de julho de 2019.

RICARDO ROTUNNO  
Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**AQUIDAUANA**

---

**EDITAL N.º 024-2019-1ªPJCA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000947-6 - 1ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000947-6 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Otávio de Saboya

Objeto: Apurar a ocorrência de desmatamento irregular de duas áreas que somadas totalizam 5,71 ha, ocorrido no imóvel rural denominado Fazenda Campo Hélio, de propriedade de Luiz Otávio de Saboya, no município de Aquidauana/MS.

Aquidauana - MS, 24 de julho de 2019.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**DOIS IRMÃOS DO BURITI**

---

**EDITAL 0007/2019/PJ/DIB****Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00003566-0**

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00003566-0, o qual se encontra à disposição na Av Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos/Interessado: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de tortura contra o preso Fernando Domingos Freitas, enquanto custodiado no Estabelecimento Penal de Dois Irmãos do Buriti/MS.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 25 de junho de 2019.

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL 0008/2019/PJ/DIB****Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00003563-7**

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00003563-7, o qual se encontra à disposição na Av. Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades nas contratações de servidores públicos pela atual gestão do Município de Dois Irmãos do Buriti, a despeito a existência de aprovados em concurso público.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 25 de junho de 2019.

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL 0011/2019/PJ/DIB****Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000431-5**

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000431-5, o qual se encontra à disposição na Av Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar a atuação da rede de proteção diante da possível situação de risco da adolescente E. R. M. S.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 27 de junho de 2019

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça em Substituição Legal <sup>5</sup>

**EDITAL 0013/2019/PJ/DIB****Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001365-8**

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001365-8, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos/Interessado: A apurar

Assunto: Acompanhar e fiscalizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Dois Irmãos do Buriti, a ser realizado no ano de 2019.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 01 de julho de 2019

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça em Substituição

---

<sup>5</sup> PORTARIA Nº 1736/2019-PGJ, DE 21.5.2019